

HABEAS CORPUS Nº 467.942 - GO (2018/0230406-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MARIANA JAQUELINE LIMA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MARIANA JAQUELINE LIMA DE OLIVEIRA - GO045666
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : JOSE ARNALDO REBOUCAS FARIAS FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de JOSÉ ARNALDO REBOUÇAS FARIAS FILHO contra acórdão da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5382910-70.2018.8.09.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de roubo circunstanciado, explosão, associação criminosa, disparo de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (arts. 157, § 2º, incisos I, II e IV, 251, § 2º, 288, parágrafo único do Código Penal e 15 e 16 da Lei n. 10.826/2003).

Buscando a revogação da prisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 78/84):

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EXPLOSÃO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. DISPARO DE ARMA DE FOGO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. Ausente comprovação de que o pedido de prisão domiciliar foi submetido a exame no Primeiro Grau de Jurisdição, inviável o seu conhecimento, sob pena de supressão de instância. 2 - EXCESSO DE PRAZO. COAÇÃO ILEGAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. É da responsabilidade da impetrante a apresentação da petição de habeas corpus acompanhada das peças necessárias à comprovação da ilegalidade a que submetido o paciente, sendo que a falta de prova pré-constituída acerca da data em que realizada a prisão preventiva impossibilita a aferição do excesso de prazo para a conclusão da ação penal. 3 - PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. ART. 312 DO CPP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. A prisão

preventiva está fundamentada de forma idônea, na necessidade de garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal, à luz do artigo 312 do CPP, dada a gravidade concreta da ação delitiva e a conduta do paciente voltada à reiteração criminosa. Inadequação e insuficiência das medidas cautelares alternativas. Constrangimento ilegal não configurado. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, DENEGADA.

No presente *writ*, a defesa alega que *não há nenhum óbice na colocação do paciente em liberdade, vez que ele é primário, possui residência fixa, ocupação lícita, bem como, vínculos constituídos no distrito da culpa* (e-STJ fl. 15).

Ressalta o lapso de mais de 2 anos decorrido entre os supostos fatos e a decretação da prisão, argumentando que a custódia teria perdido a contemporaneidade.

Aduz que o paciente sofre de amigdalite crônica que vem causando perda de apetite e peso, mencionando que *a infecção do paciente está tão agravada ao ponto de se correr o risco de sofrer a generalização da infecção pelo sangue, o que poderá ocasionar seu óbito* (e-STJ fl. 20). Afirma que o estabelecimento prisional não apresenta condições para tratamento.

Afirma que, com base no ritmo do processo, é provável a existência de excesso de prazo da prisão.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

Em decisão de e-STJ fls. 65/66, o Exmo. Min. Presidente, com fundamento no art. 21-E do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e, baseando-se na ausência de juntada do acórdão atacado, declarou a incompetência da Corte para processar e julgar o *writ*, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Pleiteada a reconsideração da decisão (e-STJ fls. 70/76), com

juntada do respectivo acórdão e esclarecimento da autoridade apontada como coatora, o pedido foi deferido (e-STJ fl. 87).

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 95/98) e prestadas as informações (e-STJ fls. 104/108 e 111/121), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *mandamus* (e-STJ fls. 123/124).

É o relatório. **Decido.**

De plano, verifico que nesta Corte também houve a interposição do RHC n. 103.561/GO, em favor do ora paciente, contra o mesmo acórdão ora impugnado, requerendo igualmente a revogação da prisão preventiva, sob os argumentos de ausência dos requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar, sendo que a 5ª Turma desta Corte negou provimento ao recurso, em 5/2/2019, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO TRIPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO, EXPLOSÃO MAJORADA E FORMAÇÃO DA QUADRILHA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA. RISCO DE REITERAÇÃO (RÉU QUE, ALÉM DE JÁ TER SIDO CONDENADO, RESPONDE A OUTRAS AÇÕES PENAIAS). GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. A prisão preventiva encontra-se suficientemente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do recorrente, evidenciada (i) pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto, ao que tudo indica, o recorrente integra organização criminosa voltada à prática contumaz de crime contra o patrimônio, especialmente assalto a bancos e roubo de cargas, com atuação em todo o Estado de Goiás, tanto que responde a outras duas ações em outras comarcas. Além disso, já foi condenado e cumpre pena pelo crime de furto; e (ii) pela gravidade concreta do delito, pois o recorrente e os corréus, fortemente armados com fuzis,

utilizaram explosivos para subtrair o dinheiro dos caixas eletrônicos do Banco Bradesco. Além disso, restringiram a liberdade de inúmeras vítimas e efetuaram diversos disparos de arma de fogo. A prisão preventiva foi decretada para garantia da ordem, em razão da gravidade concreta do delito e do risco de reiteração criminosa. Precedentes.

3. Por outro lado, quanto à alegação de ausência de contemporaneidade da decisão que decretou a prisão preventiva, proferida cerca de 2 anos após os fatos, nota-se que a questão não foi objeto de análise por parte da Corte a quo, de modo que não pode ser apreciada diretamente por este Tribunal, sob pena de incorrer-se em indevida supressão de instância.

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

5. Recurso desprovido.

Assim, por se tratar de mera reiteração, o presente *writ* não pode prosseguir. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO (HC N. 316.928/GO). INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE.

1. Deve ser mantida por seus próprios fundamentos a decisão monocrática que negou seguimento ao writ, porquanto a questão relativa ao excesso de prazo na formação da culpa já foi objeto de apreciação por parte deste Tribunal Superior, quando da impetração do HC n. 316.928/GO, de minha relatoria, cuja liminar foi indeferida em 24/2/2015 e cujo julgamento está designado para a data de 1º/9/2015.

2. Agravo regimental improvido (AgRg no RCD no HC n. 329.224/GO, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 1º/9/2015, DJe 22/9/2015).

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *mandamus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

